



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Marília



**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

2024 terá o PNE como arena de disputa sobre o futuro do Brasil

Rudá Ricci

Como citar: RICCI, Rudá. 2024 terá o PNE como arena de disputa sobre o futuro do Brasil. *In:* BRANDÃO, Carlos da Fonseca; COLEN, Fernanda Ruschel Cremonese; ALMADA, Jhonatan; SANTOS, Thalita Alves dos (org.). **Educação comparada e política educacional:** estudos e reflexões. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2024. p.97-124. DOI: <https://doi.org/10.36311/2024.978-65-5954-517-9.p97-124>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

2024 TERÁ O PNE COMO ARENA DE DISPUTA SOBRE O FUTURO DO BRASIL

Rudá RICCI¹

Resumo

Este artigo procurou apresentar um panorama do ambiente de disputa pelo qual se dará o processo de construção do PNE 2024-2034. A disputa se dará a partir de ao menos duas dimensões. A primeira dimensão é a da reconstrução nacional. A segunda dimensão a ser observada é o da própria história da disputa do projeto estratégico da educação brasileira. Sem a clareza sobre esses desafios e dimensões entraremos despreparados para pensar a retomada do processo civilizatório, pois em 2024 estaremos disputando o futuro do Brasil, não apenas da nossa educação.

Palavras-chave: Plano Nacional de Educação. Reconstrução nacional. Projeto estratégico. Educação.

1. Introdução

Em 1875, Alfred Nobel desenvolveu um explosivo denominado nitroglicerina gelatinizada. Poucos anos antes, havia

¹ Sociólogo, doutor em Ciências Sociais e Presidente do Instituto Cultiva. Membro da coordenação da Articulação Brasileira do Pacto Educativo Global. E-mail: ricciruda@gmail.com

requerido sua primeira patente: um detonador de percussão conhecido como processo Nobel. A esta patente se sucederam outras 354 e a criação de 87 companhias de dinamite espalhadas pelo mundo. Suas invenções geraram riqueza, mas também, infelicidade e solidão. Nobel foi acusado de alta traição contra a França, o que o obrigou a se exilar em Sanremo, na Itália, em 1891. Naquele período, já era conhecido como “mercador da morte”. Este seria seu legado se não tivesse, em 27 de novembro de 1895, assinado seu terceiro e último testamento, no qual destinou sua fortuna de 33 milhões de coroas suecas a uma fundação que criaria o Prêmio Nobel.

Escrevo esta pequena memória da errática trajetória de Alfred Nobel para sugerir que o legado nem sempre condiz com a ordem lógica do percurso das ações e intenções de pessoas e instituições.

A aprovação do novo Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) em 2020, passando com facilidade pelos dois turnos nas duas casas legislativas que compõem o Congresso Nacional, encobriu a renhida disputa entre forças que defendiam a ampliação de recursos que qualificassem a educação pública e aqueles que queriam, ao contrário, se apropriar dos fundos públicos da educação brasileira. O legado que ficou é o de um grande consenso, o que de fato esteve longe de ocorrer. Possivelmente, nunca tenha ocorrido tal consenso quando se tratou de definir uma estratégia educacional para o país.

As disputas contemporâneas sobre os rumos da educação brasileira remontam à formulação da Lei de Diretrizes e Bases que foi promulgada em 1996. Dermerval Salviani relatou em cores vivas o forte engajamento de entidades de representação corporativa e técnica da área educacional na construção dos fundamentos da norma orientadora da educação nacional (SAVIANI, 2015). Se o legado que ficou foi de um aparente acordo, a construção real da lei não foi

exatamente marcada por convergências. Segmentos da iniciativa privada se digladiaram com os segmentos que defendiam a prioridade da educação pública², tendo à frente o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública (FNDEP). A contenda foi encerrada com um atropelo promovido pelo governo federal da época que elegeu um ícone da intelectualidade brasileira para dar contornos ao texto final, a despeito de todo acúmulo de inúmeros encontros e simpósios ocorridos ao longo do país que tiveram início em 1986, antes mesmo da instalação do processo constituinte de 1987.

Ocorre que ao longo do século XXI as disputas sobre o uso dos fundos públicos educacionais se ampliaram, se tornaram mais agudos, menos públicos, ampliando os atores envolvidos, muitos deles sem experiência histórica com a área, caso dos militares e sistema financeiro. A mudança de patamar do conflito iniciado no final da

² Segundo Maria da Graça Nóbrega Bollmann e Letícia Carneiro Aguiar, “o conflito ensino público versus ensino privado também vem novamente à tona no processo de elaboração da nova LDB, e o embate político ocorre entre o FNDEP, formado por entidades acadêmico-científicas, sindicais, de classe e estudantis e as entidades que representavam os interesses privados [empresariais, como a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Confenen) e confessionais, como a Associação de Educação Católica (AEC), entre outras”. Ver BOLLMANN, Maria da Graça Nóbrega & AGUIAR, Letícia Carneiro, “LDB: projetos em disputa”, Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 10, n. 19, p. 407-428, jul./dez. 2016. Disponível em <http://www.esforce.org.br> (visualizado em 19/8/2023). O FNDEP era composto por 15 organizações do campo sindical, estudantil, acadêmico-científico e de classe, a saber: Associação Nacional de Educação (Ande), Associação Nacional de Docentes do Ensino Superior (Andes), Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (AnPed), Associação Nacional de Profissionais da Administração Escolar (Anpae), Confederação dos Professores do Brasil (CPB), Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes), Confederação Geral dos Trabalhadores (CGT), Central Única dos Trabalhadores (CUT), Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos das Universidades Públicas Brasileiras (Fasubra), Federação Nacional de Orientadores Educacionais (Fenoe), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas (Seaf), União Brasileira de Estudantes Secundaristas (Ubes) e União Nacional dos Estudantes (UNE).

década de 1980 coincidiu com a escalada das forças extremistas de direita e ampliação da participação da iniciativa privada na oferta de recursos didáticos e cursos de formação para gestores e demais profissionais da educação pública. Não foi uma coincidência.

2. A ofensiva empresarial sobre os fundos e estratégias públicas educacionais

A ofensiva mais poderosa sobre as estratégias nacionais para a educação veio do meio empresarial, tendo como eixo os estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, que se constituiu a partir de 1987, caminhando gradualmente da defesa do Estado Mínimo para a construção de uma agenda de captura do Estado e dos fundos públicos. Nessa passagem são criados vários think tanks e estruturas organizacionais de articulação política do alto empresariado brasileiro (como o Instituto Atlântico, Institutos Liberais e Instituto Millenium, dentre outros).

No que tange à educação destaca-se as atuações de Paulo Rabello de Castro, animador e articulador de diversos encontros empresariais. Fundou o Instituto Atlântico, em 1993, que substituiria a Câmara de Estudos e Debates Econômicos e Sociais (CEDES), tendo como mote a busca de maior eficiência estatal (RICCI, 2022). Este instituto será o principal formulador de propostas de alteração da agenda estatal brasileira. Dentre as diretrizes apresentadas figuram diversas orientações que repercutiriam em gestões estaduais já na primeira década do século XXI, como reestruturação dos fundos sociais, serviços de saúde administrados por médicos, cheque-saúde e cheque-educação (voucher proposto pelos teóricos neoliberais para transferência de recursos públicos para famílias que passariam a adquirir serviços privados de sua livre escolha), autonomia do Banco

Central e financiamento dos Estados e Governo Federal através de emissão de bônus de reconhecimento da dívida.

O cheque-educação será uma das bandeiras de secretários de educação vinculados às fundações empresariais que passaram a atuar na agenda educacional do país, em especial, no transcurso do período pandêmico e logo no reinício das aulas presenciais, em 2022. Vários gestores educacionais, em especial secretários estaduais de educação da região sudeste, chegaram a sugerir que seria benéfico acelerar a adoção de cursos à distância no ensino regular e adoção do cheque-educação³.

Logo após a iniciativa do Instituto Atlântico surgiu uma segunda articulação de empresários tendo como objetivo mobilizar lideranças estudantis em diversas universidades brasileiras.

No início do século XXI, Hélio Beltrão e Rodrigo Constantino percorriam várias comunidades do Orkut e estimulavam a militância de direita em formação. A partir de 2004, com a criação da rede social Orkut, foi se disseminando no Brasil comunidades juvenis. Em janeiro de 2006, 75% do total dos usuários do Orkut no mundo eram do Brasil. Muitas das comunidades formadas nesta plataforma envolviam estudantes universitários que se inclinavam para a defesa do ultraliberalismo econômico, tendo contato com esta ideologia através de cursos oferecidos em suas respectivas universidades. Os jovens abordados tinham, ainda, interesse em

³ Adotando como referência os exemplos da Inglaterra e Chile, o Senador José Serra (PSDB) apresentou um projeto de lei que permitiria “a compra de vagas” em instituições privadas com fins lucrativos através do cheque-educação. Distrito Federal e Salvador já haviam adotado este expediente oscilando o valor do cheque-educação entre 65 reais e 456 reais mensais. Ver “Voucher na Educação Infantil e a precarização da política de acesso”, ANPED, 07/06/2021. Disponível em <https://www.anped.org.br/news/voucher-na-educacao-infantil-e-precarizacao-da-politica-de-acesso-gt-07> (visualizado em 19/8/2023).

participar da política estudantil que parecia interdita pelas organizações vinculadas aos partidos de esquerda, em especial ao PCdoB e diversas correntes internas do PT. Lourival de Souza, na época estudante da Universidade Federal do Maranhão, relata que “o Orkut começou a crescer... nessa época você começa a conhecer a turminha das antigas, as comunidades do Olavo de Carvalho, eu participei da comunidade Liberalismo (...)” (ROCHA, 2019, p. 139).

A economista Patrícia Carlos de Andrade, que sustentava a necessidade de consolidação de uma corrente político-cultural de direita moderna no Brasil, fundou, em 2005, o Instituto Realidade Nacional, que logo em seguida ganhou o nome definitivo de Instituto Millenium, lançado durante o XIX Fórum da Liberdade, assim como o Instituto Von Mises Brasil (IMB43) e o Estudantes pela Liberdade (EPL), lançados nas edições do Fórum da Liberdade de 2010 e 2012. Apresentava-se como um *think tank* que promovia os valores da liberdade individual, do direito à propriedade, da economia de mercado e da democracia representativa. Dentre seus fundadores destacavam-se Hélio Beltrão e Rodrigo Constantino, que teriam papel de destaque nas articulações extremistas envolvendo jovens.

Com efeito, o Instituto Von Mises Brasil foi a principal organização do final da primeira década do século XXI na difusão das doutrinas da Escola Austríaca de Economia e conservadorismo cultural, tendo à frente Hélio Beltrão. Envolveu muitos professores de universidades brasileiras (incluindo universidades públicas, como a USP, e universidades federais) nos eventos e seminários que promoveu. Difundiu valores libertarianos, de defesa extremada da liberdade individual, do mercado de órgãos humanos (proposto pelo economista Walter Block) ou a total privatização da educação brasileira, como propagada pela professora da Universidade Estadual de Maringá, Andrea Faggion (CASIMIRO, 2018).

De todas as organizações empresariais voltadas para a atuação política, serão os Institutos Liberais os aríetes da organização de direita no meio universitário. O primeiro Instituto Liberal (IL) foi criado em 1983, tendo como objetivo influenciar os “formadores de opinião”. Votorantim, Sharp, Gradiente, Nestlé, Banco de Boston, Philco, Banco Itaú e Unibanco foram alguns dos financiadores nos primeiros dez anos do IL e contou com a liderança de empresas que se desenvolveram durante o regime militar, como a Engenharia Comércio e Indústria S.A. (Erisa). O IL contou com a atuação militante de Og Francisco Leme, ex-professor de economia da Escola de Sociologia e Política, da FGV e da UFRJ. Leme tinha sido diretor do Centro de Treinamento e Pesquisa para o Desenvolvimento Econômico do ministério do Planejamento, na gestão de Roberto Campos, durante o regime militar. Nos anos seguintes, seções estaduais do IL forjaram uma rede que se articulou ao redor do Conselho Nacional dos Institutos Liberais, presidido por Jorge Gerdau. Em 1986 foi criado o Instituto Liberal do Rio Grande do Sul e no ano seguinte, a sua versão paulista. Mais adiante foram criados os IL do Paraná e de Minas Gerais, Pernambuco, Bahia e Brasília. Logo se alinhariam às organizações internacionais Center for International Private Enterprise (Cipe) e Liberty Fund (com quem desenvolveu o programa de quadros). O IL também manteve relações muito próximas com a Tinker Foundation e a Atlas Economic Research Foundation, esta última, financiadora do Movimento Brasil Livre (MBL). Sua atuação foi nitidamente militante, buscando recrutamento e mobilização política entre empresários e intelectuais acadêmicos liberais.

Em 2012 o IL passou por uma reformulação que reforça seu caráter organizador e mobilizador, agregando aos seus quadros dirigentes o economista e colunista da revista Veja, Rodrigo

Constantino. A partir de então, aumenta sua intervenção política e suas ações de recrutamento focalizando sua atuação em blogs e redes sociais, produção e postagem de vídeos nas redes que alimentarão uma rede de jovens ultraliberais que se forjava no início do século. Cria, ainda, espaços para publicação de artigos, incluindo a figura de colunista para estudantes universitários e recém-formados.

Como se percebe há forte mobilização política de setores empresariais para definição da agenda estatal brasileira. Na área educacional a apresentação de projetos de captura de fundos públicos educacionais para financiamento direto de produtos empresariais para o setor foi o mote inicial, mas logo avançou sobre o recrutamento e organização de setores estudantis na primeira década do século XXI.

Desde 2005 o Instituto Millenium promoveu eventos e seminários sobre os rumos do Brasil, meritocracia e empreendedorismo, voltados para o público universitário. Adotando o mesmo expediente que outros institutos com o mesmo perfil ideológico, cria um quadro de 202 intelectuais e 82 articulistas, estabelecendo forte conexão com universidades públicas brasileiras, como UNICAMP e as federais do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, São Carlos, Juiz de Fora, dentre outras, além da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia (Anpec) e Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes). Os braços ofensivos, de massas, dessas articulações foram, contudo, o Estudantes para a Liberdade (EPL) e o Movimento Brasil Livre (MBL).

Por este motivo, embora o projeto de escolas cívico-militares e até mesmo os programas de oficinas temáticas desenvolvidas por organizações não governamentais no contraturno escolar carreguem fundos públicos educacionais para segmentos externos ao sistema educacional brasileiro, é o setor empresarial que se projeta como o

mais organizado e ofensivo na disputa da agenda e da captura dos recursos da área.

3. O Novo Fundeb

A disputa sobre o novo Fundeb e do Custo Aluno Qualidade Inicial (CAQi) no Congresso Nacional explicitou o quanto o alto empresariado anseia capturar recursos públicos da educação brasileira.

Já na tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 15/2015 da Câmara dos Deputados e nº 26/2020 do Senado Federal, chamada de PEC do novo FUNDEB, percebia-se que se forjava uma arena que superava a simples formulação de uma lei. O Fundeb estava para esgotar sua vigência no final de 2020, o que ensejou a apresentação de emendas, defesas e sugestões de percentuais diversos para a complementação da União na trilha da transformá-lo em fundo permanente, constitucional.

Desde o início a Campanha Nacional Pelo Direito à Educação e a organização Todos Pela Educação destacaram-se nos lobbies formados no interior do Congresso Nacional quando do desenho do novo Fundeb. A Campanha Nacional é uma rede que agrega entidades da sociedade civil, com destaque para organizações de representação social, de defesa de direitos sociais e movimentos sociais⁴. Já o Todos pela Educação é uma organização não governamental apoiada por empresas e bancos como mantenedores,

⁴ Dentre elas: Ação Educativa; ActionAid; Associação Nacional em Pesquisa de Financiamento da Educação (FINEDUCA); Centro de Cultura Luiz Freire (CCLF); Centro de Defesa da Criança e do Adolescente do Ceará (CEDECA-CE); Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação (CNTE); Movimento Interfóruns de Educação Infantil do Brasil (MIEIB); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME); União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (UNDIME).

como a Fundação Bradesco, Itaú BBA e Itaú Social, Instituto Unibanco e Burger King.

Os primeiros embates ocorreram quando da definição do aumento do valor que caberia à União para compor este fundo educacional. Até então, quem investia mais eram os municípios e estados, o que criava uma forte desigualdade de investimentos entre os entes federado. No início da definição da PEC 15/15, o valor da complementação da União se manteve em 10%. No primeiro substitutivo apresentado na Câmara dos Deputados, em 2017, a relatora Professora Dorinha (DEM/TO) aumentou esse valor para 30% (GLUZ, 2021). Em 24 de abril do ano seguinte, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação apresenta nota técnica (“Análise e Proposições de Aprimoramento da Minuta de Projeto Substitutivo à PEC 15-A/2015”) defendendo que este valor de complementação atingisse 50% do total da composição do fundo. Na outra ponta, o Todos pela Educação, em sua “Análise do Substitutivo à Proposta de Emenda à Constituição nº 15/2015”, sustentou que valor de complementação da União não superasse 17% do total. A distância entre a proposta do Todos pela Educação e a da Campanha Nacional pelo Direito à Educação demonstrava o campo de disputa: o destino dos fundos públicos para a educação pública. Este objetivo implícito ficaria ainda mais nítido quando das discussões sobre o Custo Aluno Qualidade que indicaria o padrão estrutural de escola pública que o novo Fundeb deveria garantir.

Em 2019, na reabertura dos trabalhos sobre a PEC 15/15 na Câmara dos Deputados, já se percebia o alinhamento de alguns parlamentares com a proposta do Todos pela Educação. Naquele momento, a despeito da relatora do projeto manter o percentual de 30% da complementação pela União, a deputada Tábata Amaral (então, do PDT/SP) e o deputado Felipe Rigoni (PSB/ES) passaram

a acolher a proposta de apenas 15% de complementação. Em 10 de junho daquele ano o Ministério da Educação (MEC), em ofício relativo ao parecer da relatoria (ofício 1991/2019/MEC), passa a acolher a proposta do Todos pela Educação. Na outra ponta o deputado Waldenor Pereira (PT/BA), o Sindicato dos Professores e Servidores da Educação do Ceará, a União Nacional dos Estudantes (UNE), a União Brasileira de Secundaristas (UBES), a União Nacional de Dirigentes Municipais da Educação (UNDIME) e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação convergem para a defesa de 40% de complementação sob responsabilidade da União.

Repetia-se o conflito quando da definição da LDB no final da década de 1990.

Os argumentos apresentados pelo Todos pela Educação para justificar o percentual mais restritivo da complementação da União era o de responsabilidade fiscal pela União, de aprimoramento da gestão dos recursos (e sua melhor distribuição) e, principalmente, a criação de mecanismos de indução para maior eficácia e eficiência na aplicação do Fundeb. Sobre este último ponto, a disputa que ocorreria mais adiante a respeito do CAQi elucidaria os reais interesses em jogo.

Para a Campanha Nacional pelo Direito à Educação “a simulação sobre o cumprimento do Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi), realizada pelo SimCAQ, indicou que seria necessária uma complementação da União na ordem de 46,4% como condição para a realização de um padrão mínimo de qualidade em todo o país”.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM/RJ), em outubro de 2019, explicita suas divergências em relação ao valor de 40% para a complementação da União, criando um impasse no interior de seu próprio partido. Revelava-se, assim, um alinhamento ideológico que se relacionava às bases eleitorais dos deputados federais que em poucos casos seguiam uma orientação partidária unificada.

Com efeito, há tempos os interesses de agrupamentos específicos criaram articulações suprapartidárias no Congresso Nacional que, em diversos casos, desintegraram a unidade das bancadas por partido. Se os interesses do agronegócio, da indústria armamentista ou de igrejas se constituíram na expressão mais aguerrida e pública da convergência de interesses econômicos com frentes suprapartidárias, as discussões sobre o novo Fundeb indicaram uma outra frente, mais discreta, mas não menos poderosa, tendo o projeto nacional de educação como seu mote.

Durante a adoção do ensino remoto, no auge da pandemia do COVID-19, as forças articuladas ao redor da proposta da Campanha Nacional pelo Direito à Educação mantiveram a proposta de 40% de complementação do fundo pela União, mas os segmentos alinhados ao Todos pela Educação elevaram sua proposta para 20%. Em seguida, a Campanha Nacional publica uma carta admitindo a mudança de correlação de forças na Câmara de Deputados, aceitando o patamar de 20% para complementação da União. O texto final aprovado e enviado ao Senado indicava 23% de complementação da União. Importante destacar que a Câmara dos Deputados foi efetivamente o palco da disputa entre projetos e interesses. O Senado apenas corroborou os acordos estabelecidos na outra casa parlamentar.

Houve, como já destacado anteriormente, um tema central da divisão de águas, não tão explícito quanto ao percentual de complementação da União para composição do Fundo que era o destino dos recursos públicos da educação. O texto aprovado pela Câmara no final de 2020 ampliou essa possibilidade para convênios com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para oferta de vagas do ensino fundamental, do ensino médio e do ensino profissional técnico no nível médio. A única

limitação imposta é o máximo de 10% das vagas nas etapas de ensino fundamental e médio. O que era uma exceção passou a ser sugerido como política pública. Simulação realizada pelo Todos pela Educação indicava que o uso de recursos do Fundeb para pagar até 10% das matrículas do ensino fundamental e médio em instituições privadas significava um potencial de transferência de recursos da rede pública para as escolas confessionais ou filantrópicas de R\$ 3,4 bilhões⁵.

No que tange ao CAQi, a proposta apresentada pelo deputado Felipe Rigoni nem sequer o citava, sustentando a complementação com base na metodologia chamada Índice de Aprendizagem com Equidade, que considerava o desempenho dos alunos nos exames nacionais de avaliação, a taxa de aprovação e taxa de atendimento escolar.

A Emenda Constitucional – EC 108 e a Lei 14.113, aprovadas em 2020, instituiu um padrão mínimo de qualidade, o Custo Aluno-Qualidade Inicial – CAQi, o que, para alguns autores, inaugurou uma “terceira geração de políticas de fundos” (FERNANDES e BASSI, 2021).

Até a aprovação do novo Fundeb o Valor Aluno/Ano – VAA estruturava as políticas de fundos da área educacional a partir da definição de cada unidade federativa, em virtude dos impostos específicos e das matrículas da educação básica pública da rede estadual e das redes municipais. As unidades federativas cujo VAA era inferior ao VAA mínimo nacional recebiam a complementação da União. Ocorre que, até então, o valor do VAA mínimo nacional era estabelecido num patamar abaixo da necessidade de custo para definir

⁵ Ver Peres, Ursula et al. “Regulamentação do novo Fundeb: urgência e pontos em disputa”, Nexo, 14/12/2020. Disponível em

<https://pp.nexojournal.com.br/opiniao/2020/Regulamenta%C3%A7%C3%A3o-do-novo-Fundeb-urg%C3%AAncia-e-pontos-em-disputa> (visualizado em 20/8/2023).

um padrão mínimo de qualidade (o que envolve, entre outros itens, oferta de água potável e tratamento de esgoto em todas as escolas brasileiras). Esta constatação esteve presente na Meta 20 do Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024, na qual estava projetada a alocação de 10% do PIB para financiar a educação.

O CAQ passou, então, a ser um elemento central para o financiamento e, principalmente, a estabilidade e garantia de definição de condição estrutural do funcionamento das escolas públicas. Pelo CAQ se estabeleceu um padrão de qualidade ideal, sendo que o CAQi definiu um padrão mínimo.

O padrão mínimo de qualidade foi construído pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, pela Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINDUCA) e pelo Laboratório de Dados Educacionais, elevando o nível de discussão que se fazia no interior do Congresso Nacional a respeito do novo Fundeb. A qualidade da discussão oportunizada pela montagem do CAQi abriu, com efeito, uma distância visível em relação ao mero discurso de austeridade liderado pelo Todos pela Educação.

Assim, os parâmetros de definição do padrão de qualidade de referência adotados a partir do Simulador do Custo Aluno-Qualidade (SIMCAQ) incluiu, dentre vários indicadores:

- a) A carga horária de ensino por total de dias letivos
- b) O custo do tempo integral
- c) O tamanho das turmas de alunos
- d) A jornada dos professores
- e) O nível de formação e remuneração do quadro docente
- f) O adicional para professores das escolas rurais
- g) A formação e remuneração de funcionários das escolas
- h) A formação continuada dos profissionais da educação

- i) O funcionamento e manutenção da infraestrutura das escolas, equipamentos e mobiliário
- j) As despesas com área administrativa das redes
- k) A construção de novas salas de aula e prédios escolares
- l) Parâmetros para cálculo das despesas com programas de assistência e alimentação escolar

Andressa Pellanda, coordenadora-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, e pós-graduada em Ciência Política (FESP/SP), faz um relato dos embates ao redor da definição do CAQi publicado em 10 de março de 2020⁶. Em sua leitura, desde o alinhamento da proposta do percentual de 40% de complementação da União ao Fundeb, se consolidou dois blocos de interesses e definições opostas em relação à estratégia educacional brasileira.

De um lado estavam as dez entidades do comitê diretivo da Campanha, o Fórum de Governadores (que subscreve a PEC 65/2019 de autoria dos senadores Davi Alcolumbre e Randolfê Rodrigues), os presidentes e vice-presidentes das Comissões de Educação das Assembleias Legislativas (que assinam uma Carta Aberta de 7 de junho de 2019), a Frente Nacional de Prefeitos, sindicatos, senadores que subscrevem a PEC 65/2019, a Minoria na Câmara dos Deputados (liderados pela deputada Jandira Feghali) e a oposição na Câmara dos Deputados (liderados por Alessandro Molon)⁷.

⁶ PELLANDA, Andressa. “Novo Fundeb: quem é quem na disputa da Câmara dos Deputados?”, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, 10/3/2020. Disponível em <https://campanha.org.br/analises/andressa-pellanda/novo-fundeb-quem-e-quem-na-disputa-da-camara-dos-deputados/> (visualizado em 20/8/2023).

⁷ O texto assinado por Andressa Pellanda cita, ainda, como deputados atuantes neste bloco articulado ao redor da proposta da Campanha Nacional pela Educação: Idilvan Alencar (PDT-CE), Rosa Neide (PT-MT), Danilo Cabral (PSB-PE), Sâmia Bonfim (PSOL-SP), Edmilson Rodrigues (PSOL-PA), entre outros.

De outro lado, alinhados ao redor da proposição do Todos pela Educação, estavam os deputados Felipe Rigoni (PSB-ES) e Tábata Amaral (PDT-SP); a Confederação Nacional dos Municípios; os Ministérios da Educação e da Economia. Na militância pela retirada do CAQi, citados textualmente no relatório apresentado pela deputada professora Dorinha (DEM-TO), os deputados Felipe Rigoni (PSB-ES), Tábata Amaral (PDT-SP), Tiago Mitraud (NOVO-MG), Raul Henry (MDB-PE), Marcelo Calero (CIDADANIA-RJ), Professor Israel Batista (PV-DF), Paulo Cunha Lima (PSDB-PB); e, o MEC (por meio do Ofício 1.991/2019/MEC).

O modelo de cheque-educação (*vouchers*), proposta formulada pelo Instituto Atlântico nos anos 1990, foi apresentado na Emenda nº 3, dos Deputados Tiago Mitraud (NOVO-MG) e Marcelo Calero (CIDADANIA-RJ), propondo que os “Estados e Municípios possam, na forma da lei, converter parte dos recursos para financiar o ensino público em instituições privadas com ou sem fins lucrativos” e que possam ser permitidas as distribuições de “bolsas de estudo para o ensino básico” em escolas privadas com o dinheiro público.

A primeira proposta de substitutivo que a deputada Dorinha apresentou em setembro de 2019, vale ressaltar, confrontou as sugestões defendidas pelo MEC, a presidência da Câmara, e as organizações não governamentais Todos pela Educação e Itaú BBA. Percebe-se, portanto, que o embate entre as duas grandes articulações em relação ao novo Fundeb e o CAQi revelou grande fragilidade conceitual e de convencimento do bloco empresarial.

4. Progressista, ma non troppo

O confronto dos dois blocos quando da definição do novo Fundeb indicou as estratégias educacionais em disputa no Brasil que, evidentemente, reaparecerão quando da definição do PNE 2024-2034.

Ocorre que entre os dois blocos há clivagens no mundo político e, principalmente, partidário, como já destacado anteriormente.

Estas clivagens ficaram evidentes quando das políticas educacionais formuladas por governos aparentemente alinhados com a defesa da educação pública e carreamento de recursos estatais para a escola pública.

No campo dos governos petistas, desde a gestão de Fernando Haddad à frente do MEC (2005-2012), adotou-se certa dubiedade estratégica na área educacional, afastando as políticas deste partido na área das orientações freireanas.

Um dos primeiros movimentos de afastamento das orientações originais do PT para a educação foi a adoção das avaliações externas de natureza classificatória. Na concepção freireana as avaliações classificatórias, que se baseiam numa idealização de desempenho e respostas dos educandos, estariam incluídas no conceito de educação bancária. Não por outro motivo que tais avaliações externas se vincularam, em diversas oportunidades, aos sistemas de premiação de professores e escolas que elevassem o seu resultado institucional, como o adotado nos EUA sob o comando de Diane Ravitch.

Ravitch é pesquisadora de educação na Universidade de Nova York e membro associado do Instituto Brookings. De 1991 a 1993 foi secretária-assistente de educação e conselheira do secretário de

educação Lamar Alexander na administração do presidente George H. W. Bush. Também atuou, durante a gestão Clinton, na Junta Nacional de Assessoramento Governamental, que supervisiona as testagens federais. Foi a principal artífice da adoção das avaliações externas articuladas à premiação de resultados na educação estadunidense.

Em seu livro “Vida e morte do grande sistema escolar americano: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação”, Ravitch (2011) sustenta o erro do que denomina de “movimento de testagens” adotado em seu país. A despeito desse “movimento”, os EUA permanecem estagnados em avaliações nacionais (Naep) e internacionais (Pisa). Ravitch destaca que as soluções de mercado estão erodindo os valores públicos e a própria educação pública⁸. Segundo a autora, os princípios empresariais são inseridos no aparelho do Estado através da criação de um sistema de testes de múltipla escolha de habilidades básicas dos estudantes que envolvem recompensas e punições para escolas e seus profissionais. Na prática, sustenta Ravitch, as escolas e professores são impelidos a aumentar, ainda que artificialmente, as médias dos alunos nas testagens externas, adotando aulas de reforço apoiadas em reflexo condicionado, o que leva os educandos a desenvolverem habilidades para realização de testes, sem o necessário desenvolvimento de inteligências.

Um dos capítulos mais dramáticos da sua exposição é o que relata a experiência em San Diego, realizada entre 1998 e 2005. Em sua interpretação a autora sugere ter sido uma experiência “sem

⁸ Esta constatação permanece ao longo das últimas décadas. Em 1983, o relatório *A Nation at Risk* (Anar) revelou o fracasso do sistema educacional em cumprir seu papel como instituição acadêmica a serviço do desenvolvimento do país.

precedentes na história da reforma escolar”. O superintendente educacional, um não educador, reconfigurou todas as escolas do distrito apoiado nas formulações de grandes fundações. San Digo é um município reconhecidamente conservador e havia um movimento empresarial em oposição ao sindicato de professores da localidade, sugerindo a adoção de medidas duras pelo superintendente da área educacional. A partir de então houve uma vaga de demissões e adoção do modelo de Letramento Balanceado que passou a ser o padrão de cortes e metas da área educacional. A despeito da oposição ativa do sindicato de professores em junho de 1999 o superintendente ordenou a remoção imediata de gestores (diretores e assistentes de direção escolar) devido à incapacidade de atingir as metas estabelecidas. Os profissionais foram escoltados por policiais para retirarem seus itens pessoais dos seus gabinetes.

Um estudo realizado na época revelou que os profissionais da educação de San Diego questionavam o método de Letramento Balanceado, mas eram desdenhados pelas novas gestões escolares e pela superintendência da educação do município. Também negava todos estudos e pesquisas realizadas no campo de currículo e capacidade de interpretação e formulação dos educandos.

Há certo alinhamento na defesa das avaliações externas pelos gestores educacionais brasileiros desde a gestão de Haddad frente ao MEC. A defesa se faz menos pela qualidade e concepção das avaliações e mais na necessidade de profissionalização por meio das avaliações externas. Uma maneira de naturalizar as avaliações empregadas no IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) e ENADE (Exame Nacional de Desempenho de Estudantes).

Há, ainda, questionamentos sobre a presença gradativa e constante de representação empresarial (em especial, fundações e

institutos) nos fóruns de formulação de políticas nacionais e estaduais de educação e até mesmo no destino de recursos estatais para oferta de vagas e cursos regulares.

A conformação do Grupo Temático da Educação da Transição, também conhecido como comissão de transição da área educacional no final de 2022, quando da preparação da posse do recém-eleito Presidente da República, reeditou a disputa entre os dois blocos e a dubiedade das orientações petistas.

Foi a comissão técnica de transição mais disputada e a única que foi revisada três vezes até ser finalmente publicada oficialmente. A primeira composição coube a Fernando Haddad montar, apoiado diretamente pelo Presidente eleito. A primeira reunião desta composição inicial foi vazada pela grande imprensa e gerou grande mobilização, tanto de organizações sindicais da área, quanto do segmento empresarial. Uma segunda composição saltava para 40 pessoas, com quase metade composta por representação empresarial. Finalmente, a comissão oficial contou com 12 técnicos, contando com ao menos 4 representantes do setor empresarial. A disputa por indicação de nomes permaneceu, obrigando a se formar uma comissão paralela, como assessoria técnica à comissão nomeada oficialmente.

O nome de Priscilla Cruz, Presidente-Executiva do Todos Pela Educação, foi promovido até a posse de Lula como ministeriável. Na outra ponta o nome de Daniel Cara, que coordenou a Campanha Nacional pelo Direito à Educação, polarizou as indicações, principalmente como ministeriável, ou um dos secretários nacionais do MEC. A disputa foi acirrada até mesmo depois da elaboração do documento técnico do GT e se arrastou até a formalização da equipe do ministério.

Não havia mais dúvida: a política educacional nacional passou a ser uma das pautas mais importantes para o alto empresariado brasileiro.

5. PNE 2024-2034

Em junho de 2023 foi apresentado no Senado um balanço da execução do PNE que finda em 2024. Pelo balanço apresentado 90% das metas não foram cumpridas e 13 das 20 metas estabelecidas estão em retrocesso. Entre elas, a Meta 6, que acompanha a oferta de tempo integral nas escolas públicas.

Apenas 4 metas apresentaram avanço que indicam o seu cumprimento no prazo. A baixa execução da maioria das 20 metas estabelecidas para o decênio 2014-2024 é reflexo, em parte, dos cortes orçamentários que a área de educação sofreu no triênio 2019-2021: a execução do Orçamento da União para a função educação não passou de 80%.

Entre as metas em retrocesso figura a da ampliação da Educação de Jovens e Adultos Integrada à Educação Profissional. Ela prevê que haja 25% das matrículas da EJA no ensino fundamental até 2024, mas houve queda de 2,8% em 2014 para 2,2% em 2021.

Outro retrocesso se deu na ampliação progressiva do investimento na educação pública de modo a atingir o equivalente a 10% do PIB em 2024. Esse percentual não passava de 5% em 2017, primeiro ano após a aprovação da Emenda Constitucional 95, que limitou os gastos primários por vinte anos.

O PNE estipulou que até 2016 toda a população entre 15 e 17 anos deveria estar cursando o ensino médio ou já ter concluído a educação básica. Em 2021, 433 mil jovens nessa faixa etária se encontram fora da escola.

Os dados mostram que entre 2020 e 2021 o número de crianças de 6 a 14 anos que não frequentaram e nem concluíram essa etapa quase dobrou, passando de 540 mil para pouco mais de um milhão.

Assim, grande parte das metas definidas para o PNE em vigor poderiam ser reeditadas para o próximo decênio. Contudo, a disputa que se avizinha não se limitará a esses objetivos.

Há certo consenso no meio educacional que as forças de extrema-direita que comandam ao menos três governos estaduais, além de mais quatro que transitam entre o extremismo e a pauta ultraliberal, procurarão impor agendas que acelerem a adoção de ensino remoto, do uso do cheque-educação, da restrição curricular à pauta de costumes conservadora e terceirização de atividades-fim do setor. O tema da segurança escolar, agenda em destaque nacional desde os episódios crescentes de ataque e ameaças às escolas públicas – iniciados em abril de 2023, mas que já vinham numa evolução desde dois anos antes -, também parece compor a agenda extremista, seja no emprego de equipamentos de segurança, triagem e repressão, seja na adoção de processos disciplinares agressivos e consultorias externas.

Assim, na disputa que se desenha para a construção do PNE, três grandes articulações estão em curso: a da extrema-direita, a empresarial (que não tem até aqui unidade) e a que denominarei de educação humanista ou progressista (formada por ONGs de inspiração humanista ou freireana e sindicatos de professores).

Sobre a articulação dos educadores humanistas, pouco disseminada pela grande imprensa, os princípios defendidos são o de construção de um sistema similar ao do SUS e SUAS, para a educação com foco na formação para a cidadania, na integração das áreas sociais e visão de desenvolvimento sustentável.

Algumas articulações iniciais ocorridas quando das negociações no interior do Grupo Temático da Educação da Transição, no final de 2022, apontaram algumas orientações iniciais de formulação deste campo, a saber:

- a) A já mencionada implementação do Sistema Nacional de Educação e sua articulação com os sistemas nacionais de saúde e assistência social, dada a experiência durante a pandemia e os impactos sociais e na saúde mental das famílias e dos estudantes verificadas no período de retorno às aulas presenciais;
- b) A construção de um sistema integrado que crie apoio direto às mães e tutoras, principal fator de desempenho escolar, segundo dados do IBGE;
- c) A formulação de conteúdos curriculares inclusivos que garantam a equidade, envolvendo temas como Direitos Humanos, direitos individuais e coletivos (enfrentamento rigoroso ao racismo e sexismo), além da adoção da política do cuidado no atendimento de estudantes, suas famílias e profissionais da educação;
- d) Monitoramento da aplicação dos recursos do Fundeb e garantia do padrão mínimo definido no CAQi;
- e) Ainda no campo curricular, a necessária organização de um programa de pacificação nacional, articulada na construção da cultura da paz e da educação para a cidadania ativa;
- f) A governança ampliada, que envolva famílias de estudantes, em fóruns de monitoramento e avaliação do PNE 2024-2034;
- g) A definição de metas mais ambiciosas em relação à implantação de escolas em tempo integral, com criação do gestor comunitário (educador social que visita periodicamente as famílias dos estudantes) e atendimento educacional domiciliar para responder à necessidade de familiares com dificuldades de

deslocamento (caso de avós) e implementação de programas de formação para a cidadania e direitos⁹.

⁹ Documento apresentado em 23 de novembro de 2022 ao GT da Educação assinado pela Articulação Brasileira do Pacto Educativo Global, CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), CONANE (Conferência Nacional de Alternativas para Outra Educação), FONSANPOTMA (Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana), SINPRO MG (Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais), SINDCEFET MG (Sindicato dos Docentes do CEFET-MG), SINASEFE IFMG (Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica - Seção IFMG) sugeria níveis complementares na elaboração da proposta de Educação Integral: 1. Como concepção orientadora das políticas de currículo, avaliação e formação de professores e professoras, não apenas como uma modalidade. Não podemos mais ter a educação integral restrita a ampliação de jornada do tempo escolar. Tempo Integral escolar relaciona-se a projetos de inclusão contextualizados e equitativos; 2. Retomar a ampliação da jornada para a educação infantil e o ensino fundamental com prioridade para crianças e adolescentes em situação de maior vulnerabilidade. Nos últimos anos houve um esvaziamento do investimento nessas etapas, ficando quase inteiramente a cargo dos municípios; 3. Revisar os modelos em curso. Em grande medida as políticas de tempo integral no ensino médio vão na contramão do que propomos. Pesquisas mostram que o modelo atual de escola de tempo integral, nessa etapa formativa, promove processos de seleção social, atendendo a jovens com melhores condições socioeconômicas. Favorecem a criação de “ilhas de excelência” nos territórios, aprofundando as desigualdades sociais e educacionais ao invés de enfrentá-las; 4. É fundamental formular as políticas educacionais de forma articulada às demais políticas sociais. Diretos básicos como segurança alimentar, social e habitacional são indissociáveis ao sucesso escolar. Ações intersetoriais são estratégias fundamentais. Essa perspectiva deve estar na matriz de todas as políticas educacionais. No mesmo documento se apresentou uma agenda da estratégia nacional para a educação: adoção de referenciais da inovação orientados pela educação integral; mapeamento e valorização da inovação na educação básica; políticas de fortalecimento da autonomia escolar; novos parâmetros para formação inicial dos profissionais: licenciaturas interdisciplinares, revisão dos estágios, articulação das instituições de ensino superior com as unidades da educação básica; políticas para a formação continuada, que valorizem os conhecimentos produzidos pelas escolas; novos parâmetros para a avaliação da qualidade da educação: indicadores e instrumentos que avaliem e prestem contas sobre a Educação Integral; novos parâmetros para o Enem e exames de ingresso no nível superior, que considerem as experiências dos estudantes com a atuação socioambiental; escolas reconhecidas como centros de produção de tecnologia, com acesso a recursos para a inovação; efetivação da prática da educação inclusiva,

Um dos temas mais complexos e tratados com muita superficialidade no Brasil é o da formação profissional ou formação para o mercado. Até aqui o Brasil adotou programas com baixa relação direta com a dinâmica real do mercado de trabalho, seja no que tange à demanda de empregadores, seja no que tange à estrutura do mercado de trabalho e baixa exigência de qualificação profissional. Na prática, os programas profissionalizantes são fruto de especulação de seus formuladores sobre o desejo do empregador. Normalmente esta especulação não é fundamentada nem mesmo em escuta do empresariado, como ocorre na Alemanha com a Escola Dual¹⁰.

Ao contrário do que ocorre no Brasil a elaboração do programa de formação é realizada pelo Instituto Federal de Formação Profissional, com sede em Berlim, e que é composto por especialistas indicados pelos sindicatos e pelos empresários, o que define um acompanhamento plural na formação do futuro trabalhador. Desta maneira, as alterações produtivas sucessivas do período pós-fordista e

com base no respeito às potencialidades e individualidades no processo de aprendizagem de cada estudante; política de valorização dos profissionais da Educação.

¹⁰ A Escola Dual alemã ocorreu no estado de Baden-Württemberg, situado no sul da Alemanha, região mais desenvolvida dos ramos industriais da eletroeletrônica, automobilismo e indústrias de base, predominantemente voltados para a exportação. Nessa região estão indústrias de ponta como Bosch, Porsche, IBM, entre outras. As empresas pequenas e médias ocupam 50% do total dos trabalhadores. O programa oferece três formas de formação escolar: a graduação escolar, o bacharelado misto e o bacharelado superior. O nome se dá porque a formação se dá simultaneamente na escola e nas empresas que se vinculam ao programa. A escola apresenta conhecimentos teóricos específicos e formação geral, e a empresa apresenta programas de destreza manual. A formação total dura três ou três anos e meio. Os alunos ficam três dias e meio na empresa e um dia e meio na escola profissional, por semana. A empresa oferece uma remuneração ao aprendiz/aluno de cerca de 600 marcos mensais. Ver *La formación profesional dual: Jornades Baden-Württemberg / Catalunya*. Barcelona: Institut Català de Noves Professions, 1989.

os direitos do trabalhador se inserem no programa de formação profissional.

Estabelece-se um projeto de investigação prévio, no qual se estudam as exigências do momento e as tendências futuras do setor produtivo em questão. Esse projeto de investigação é acompanhado e analisado por empresários e sindicatos que compõem o comitê superior do Instituto Federal de Formação Profissional. Os representantes de classe participam dos diversos comitês paritários profissionais dos diversos estados e colaboram com os respectivos comitês de formação profissional que determinam os regulamentos de exame.

A experiência brasileira mais próxima desta estratégia alemã é a adotada pelos Institutos Federais. Contudo, não avançamos na avaliação da ampliação desta experiência como referência para elaboração de propostas de reestruturação do Ensino Médio. Ao contrário, há anos adotamos uma miríade de projetos que se sucedem, numa oferta de iniciativas desconexas e de baixo impacto educacional¹¹.

6. Conclusão

Este artigo procurou apresentar um panorama do ambiente de disputa pelo qual se dará o processo de construção do PNE 2024-2034. A disputa se dará a partir de ao menos duas dimensões.

¹¹ O Novo Ensino Médio (NEM) adotou os "itinerários formativos" que deram espaço para programações sem fundamento pedagógico como aprendizagem sobre o uso do aplicativo TikTok ou investimento na bolsa de valores. A educação profissional é apresentada como um programa de empregabilidade o que não se concretiza num país produtor de commodities e, portanto, com baixa demanda de mão-de-obra qualificada. Não por outro motivo que o índice de desemprego de doutores no Brasil é 10 vezes maior que a média mundial.

A primeira dimensão é a da reconstrução nacional. Após quatro anos de desmontagem das políticas de garantias de direitos e avanço no investimento público da educação nacional, o próximo PNE deve se fundamentar neste esforço de remontagem de todo sistema de promoção social.

A reconstrução na área educacional também se relaciona com os impactos negativos da pandemia do COVID-19. Investigações recentes indicam que as famílias mais afetadas por esses efeitos negativos foram as monoparentais, lideradas por mães sem carteira assinada e que se autodeclararam de cor parda. Sem demanda para prestação de seus serviços essas mães passaram a prover suas famílias a partir de programas públicos de transferência de renda ou, quando existentes, pensões e aposentadorias. O mais preocupante é que durante meses essas famílias ficaram enclausuradas em suas próprias residências, apartadas até mesmo de espaços sociais e públicos. A dessocialização foi sentida por todo sistema de ensino de nosso país, com fartos registros de quebra de padrões de convivência social e regras de relacionamento. Regredimos socialmente.

Finalmente, a segunda dimensão a ser observada é o da própria história da disputa do projeto estratégico da educação brasileira iniciado quando da formulação da LDB, na década de 1990, e que se tornou mais dramática ao longo do século XXI.

Sem a clareza sobre esses desafios e dimensões entraremos despreparados para pensar a retomada do processo civilizatório que se imaginou que a Constituição Federal de 1988 garantiria. Em 2024 estaremos disputando o futuro do Brasil, não apenas da nossa educação.

Referências

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita**: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil Contemporâneo. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FERNANDES, Maria Dilnéia Espíndola & BASSI, Marcos Edgar. A disputa pela construção do Custo Aluno-Qualidade. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 15, n. 33, p. 733-750, set./dez. 2021. Disponível em <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde> (visualizado em 20/8/2023).

GLUZ, Micaela Passerino. O Novo Fundeb É uma Vitória? Análise das disputas políticas pelo projeto do Novo Fundeb. **FINEDUCA** – Revista de Financiamento da Educação, v. 11, n. 10, 2021. Disponível em <https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/110856/61675> (visualizado em 20/8/2023).

RAVITCH, Diane. **Vida e morte do grande sistema escolar americano**: como os testes padronizados e o modelo de mercado ameaçam a educação. Trad. de Marcelo Duarte. Porto Alegre: Sulina, 2011.

RICCI, Rudá. **Fascismo Brasileiro**. Curitiba: Kottler, 2022.

ROCHA, Camila. “Imposto é roubo!”. A formação de um contrapúblico ultraliberal e os protestos pró-impeachment de Dilma Rousseff. In: SOLANO, Esther & ROCHA, Camila (orgs.). **As direitas nas redes e nas ruas**: a crise política no Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2019

SAVIANI, Dermeval. **A Nova lei da Educação**: LDB - Trajetória, Limites e Perspectivas. Campinas: Autores Associados, 2015.